



A HABITAÇÃO NO CONTEXTO DAS LUTAS DOS TRABALHADORES URBANOS

Formação

Andreia Fernandes Muniz  

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade
Federal do Espírito Santo

Contato: afernandesmuniz@gmail.com

Eneida Maria Souza Mendonça  

Professora Doutora dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo

Contato: eneidamendonca@gmail.com

Como citar: MUNIZ, A. F.; MENDONÇA, E. M. S. A
habitação no contexto das lutas dos trabalhadores urbanos.

Revista Formação (Online), v. 30, n. 57, p. 263-294,
2023.

Revista Formação (Online) ISSN: 2178-7298. E-ISSN: 1517-543X

Recebido: 24/11/2021

Aceito: 06/12/2022

Data de publicação: 02/06/2023

Resumo

Este artigo objetiva discutir sob a perspectiva histórica, a gênese da noção de moradia como “problema social” no Brasil, a partir da leitura dos fenômenos e processos que levaram a questão habitacional a ser debatida e enfrentada pelos trabalhadores urbanos alocados em diferentes categorias profissionais a partir da segunda metade do século XIX até 1930. Com ênfase nas mobilizações desses agentes sociais, a revisão crítica, construída sobre uma ampla base teórica, proporciona reflexões que se estruturam sob a lógica de evidenciar o poder coletivo da classe trabalhadora, fator mobilizador de lutas contra práticas de espoliação. Um poder coletivo baseado na articulação de um sujeito histórico, que no início do século XX se mobilizou por condições mais justas de moradia. O campo do trabalho evidenciou um problema histórico que permanece no país até os dias atuais.

Palavras-chave: Habitação. Trabalhadores urbanos. Lutas sociais.

HOUSING IN THE CONTEXT OF URBAN WORKERS' STRUGGLES**Abstract**

This article aims to discuss, from a historical perspective, the genesis of the notion of housing as a "social problem" in Brazil, based on an analysis of the phenomena and processes that led to the issue of housing being debated and addressed by urban workers in different professional categories from the second half of the 19th century until 1930. With a focus on the mobilizations of these social agents, the critical review, built on a broad theoretical foundation, provides reflections that are structured under the logic of highlighting the collective power of the working class as a mobilizing factor against exploitative practices. This collective power is based on the articulation of a historical subject that, in the early 20th century, mobilized for fairer housing conditions. The field of labor has revealed a historical problem that persists in the country to this day.

Keywords: Housing. Urban Workers. Social Struggles.

LA VIVIENDA EN EL CONTEXTO DE LAS LUCHAS DE LOS TRABAJADORES URBANOS**Resumen**

Este artículo tiene como objetivo discutir, desde una perspectiva histórica, la génesis de la noción de vivienda como "problema social" en Brasil, a partir del análisis de los fenómenos y procesos que llevaron a que la cuestión habitacional fuera debatida y enfrentada por los trabajadores urbanos en diferentes categorías profesionales desde la segunda mitad del siglo XIX hasta 1930. Con énfasis en las movilizaciones de estos agentes sociales, la revisión crítica, construída sobre una amplia base teórica, proporciona reflexiones que se estructuran bajo la lógica de evidenciar el poder colectivo de la clase trabajadora como factor movilizador en la lucha contra prácticas de explotación. Un poder colectivo basado en la articulación de un sujeto histórico que, a principios del siglo XX, se movilizó por condiciones de vivienda más justas. El campo laboral ha revelado un problema histórico que persiste en el país hasta la actualidad.

Palabras clave: Alojamiento. Trabajadores urbanos. Luchas sociales.

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é discutir sob a perspectiva histórica, a gênese da noção de moradia como “problema social” no Brasil, a partir da leitura dos fenômenos e processos que levaram a questão habitacional a ser debatida e enfrentada pelos trabalhadores urbanos alocados em diferentes categorias profissionais a partir da segunda metade do século XIX até 1930. Com ênfase nas lutas desses agentes sociais, busca destacar a emergência do problema da moradia,

sua relação com a produção do espaço urbano, o seu carácter aglutinador de mobilizações e reivindicações, além das iniciativas governamentais implementadas como resposta à questão.

Como eixo norteador utiliza-se o processo de transformações sociais, econômicas e urbanas ocorridas no período, representadas pela abolição da escravidão, a adoção do trabalho livre, pelo desenvolvimento do Capitalismo, pela nascente industrialização, pela incorporação de um elevado contingente populacional nas áreas urbanas e pelo surgimento de novos estratos sociais.

A interpretação da gênese do surgimento da moradia como problema social para a classe trabalhadora pauta-se em quatro aspectos temáticos interligados: a urbanização, o ideal de modernidade, o urbanismo higienista e as mobilizações sociais dos trabalhadores urbanos.

As cidades do Rio de Janeiro e São Paulo são os cenários escolhidos para discorrer sobre os fenômenos investigados, centros mais industrializados nas três primeiras décadas do século XX (DIAS, 1977, p. 235), capitais onde as mobilizações de trabalhadores por meio de greves, passeatas, comícios, piquetes e manifestos tomavam as ruas, praças públicas, portas das fábricas e as páginas de jornais (tanto da grande imprensa quanto da específica imprensa operária).

As reflexões baseiam-se na premissa de que as diferentes formas de espoliação às quais estavam submetidos os trabalhadores urbanos no período avaliado despertaram reações desses indivíduos e que o espaço urbano, representado pelas cidades em ascendente crescimento econômico e demográfico, abrigou os embates, sendo palco de lutas, representadas por práticas coletivas de mobilização que contribuíram para elevar a habitação à problema social. A revisão crítica construída pauta-se em uma ampla revisão da literatura, com uma base teórica composta por autores da Sociologia, Geografia, Filosofia e Arquitetura.

Na nova dinâmica urbana propiciada pelo surto da industrialização, pela urbanização e pelas ações do Poder Público o problema da habitação, produto dos mecanismos articulados por esse conjunto de fatores, foi evidenciado pelos trabalhadores urbanos assalariados, em especial, no âmbito das relações de produção e trabalho pelos trabalhadores de base operária, representados por um conjunto de indivíduos que se colocaram em movimento no início do século XX, de forma organizada ou espontânea.

As reflexões realizadas neste trabalho se estruturam sob a lógica de evidenciar o **poder coletivo da classe trabalhadora**, fator mobilizador de lutas contra práticas de espoliação. Um poder baseado na articulação de diferentes agentes sociais, que no início do século XX se mobilizaram por condições mais justas de moradia. O campo do trabalho evidenciou um problema histórico que atinge o país até a atualidade.

No âmbito da discussão sobre a moradia, essa lógica se insere em uma luta coletiva mais ampla que é o direito à cidade, que segundo Harvey (2014, p. 28) “é um direito mais coletivo do que individual” e o acesso a esse direito depende das práticas sociais:

[...] a questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, que tipos de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos. O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos profundos desejos. Além disso, é **um direito mais coletivo do que individual**, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um **poder coletivo** sobre o processo de urbanização. A **liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades**, como pretendo argumentar, é **um dos nossos direitos humanos mais preciosos**, ainda que um dos mais menosprezados (HARVEY, 2014, p. 28). (Grifos nossos)

Nos idos do século XIX, a estratégia da articulação como forma de vínculo da atuação de diferentes grupos sociais na luta por um projeto de transformação contra-hegemônico que promovesse a equivalência de direitos era violentamente combatido pelo Estado. A conjuntura política estruturada sobre uma República oligárquica-patriarcal e repressiva não permitia uma articulação contra-hegemônica. Mulheres, negros, imigrantes e toda massa pobre eram excluídos dessa lógica política, econômica e jurídica. O Estado e os estratos dominantes não precisavam das massas populares para se legitimarem no poder, ocupando cargos públicos e políticos e muito menos consultarem tais segmentos sociais para a tomada de qualquer decisão ou para elaborarem as leis sobre os direitos civis ou sobre o espaço urbano.

O Estado, a sociedade civil mais abastada e a Polícia articulavam de forma a controlar e reprimir reações às suas ações. “A questão social era tratada como caso de polícia” (GOHN, 2012, p. 62). Nos primeiros anos do século XX essa situação se estruturou no país com um “Estado oligárquico sustentado pelas classes agrárias das maiores unidades estaduais e estranho a qualquer compromisso com as classes dominadas urbanas” (FAUSTO, 2000, p. 59). Nesse sentido, o “poder urbano” (ROLNIK, 1994, p. 94) estabelecido se apropriou de estratégias para manter a ordem e a dominação, por meio de ações repressivas contra grupos sociais que buscassem interferir nos seus planos de dominação e por meio de intervenções diretas sobre o espaço urbano, expressas nas demolições dos cortiços, nos projetos de remodelação urbana e nas legislações aplicadas pelos higienistas (ROLNIK, 1994). Nesse contexto, os entraves à motivação à participação nas mobilizações por melhores condições de existência eram diversos.

Os obstáculos à percepção de um problema social podem ser representados pela subordinação imposta, pela dominação ideológica, pelo analfabetismo, interferências de considerações valorativas (a situação de pobreza vista como deficiência moral e individual), a

visão fatalista e conformista da situação vivenciada, a visão restritiva dos problemas sociais pelos estratos dominantes, fatores de distorção que idealizam a situação desfavorecida (felicidade da pobreza) e/ou inserem uma visão pessimista para a situação favorável (SILVA, 1969).

Considerando o cenário do final do século XIX pode-se afirmar que todos esses obstáculos estavam presentes, acrescidos das diferenças socioculturais (idioma, origem, pensamento político, corrente política-ideológica) existentes nos diferentes grupos sociais formados por imigrantes, brasileiros natos, negros libertos, ex-escravos e mulatos. A diferenciação e a heterogeneidade dos grupos sociais que formavam as camadas populares representavam um entrave à formação de uma base social articulada, que propiciasse a construção de vínculos e laços de solidariedade. No entanto, isso não impediu o florescimento de identidades entre indivíduos que se lançaram como sujeitos coletivos mobilizados por melhores condições de sobrevivência, utilizando as cidades como “espaço social de lutas” (KOWARICK, 1994, p. 45-71) e reivindicações. É o que veremos adiante.

HABITAÇÃO: gênese e emergência de um problema social

Segundo Villaça (1986, p. 11) “a formulação da questão da habitação não pode ser desvinculada das determinações fundamentais que historicamente a engendram”, relacionadas, de forma ampla, ao desenvolvimento do modo capitalista de produção e todas as consequentes transformações econômicas, sociais e urbanas operadas por esse sistema. “O que entendemos hoje por problema da habitação surge com o homem livre produzido pelo capitalismo” (VILLAÇA, 1986, p. 11). E completa:

O problema da habitação popular urbana começa a se constituir no Brasil na **segunda metade do século XIX com a penetração do capitalismo**, da mesma forma como se constituía na Inglaterra cem anos antes. Naquela época começou a surgir aqui, como anteriormente havia surgido lá, o “homem livre”. Este é antes de mais nada um despejado. Despejado de sua terra, de sua oficina, de seus meios de trabalho, de seus meios de vida. Começam então a afluir às nossas cidades milhares desses despossuídos, tanto brasileiros quanto estrangeiros. Eram os **despejados das decadentes fazendas [...], eram os despejados da Itália, eram os despejados das senzalas**. Com o enorme crescimento das cidades através dessa população surge o problema de seu alojamento, ou seja, **surge o problema da habitação**, enquanto **questão social** (VILLAÇA, 1986, p. 35, grifos nossos).

Sob essa perspectiva, a gênese da habitação como problema parte das transformações operadas pela intensificação do sistema de relações de produção e de trocas, que surge a partir

da Revolução Industrial, que emerge na Europa no final do século XVIII, representando a transição da produção manufatureira para a industrial.

No Brasil, o capitalismo foi introduzido e ajustado às estruturas econômicas, sociais e políticas do regime colonial baseado na produção agrário exportadora-comercial viabilizada pelo trabalho escravo nos grandes latifúndios, propriedades de senhores rurais inseridos em cargos políticos e militares. No processo de ruptura com o antigo regime, as estruturas se adaptaram para se adequar aos dinamismos do mercado mundial (FERNANDES, 1976, p. 149).

A essência do problema da habitação está relacionada aos mecanismos do modo de produção capitalista, que opera as relações entre trabalho e salário e as relações de mercado, transformando tudo em mercadoria, inclusive a habitação, que está vinculada à propriedade da terra, outra mercadoria (VILLAÇA, 1986).

Ao longo dos séculos, sob diferentes formas, o modo capitalista de produção evoluiu (mercantil, industrial e financeiro) e se expandiu pelo mundo, organizando toda produção em função do mercado, “todas as coisas foram tomando a forma de mercadorias, todos os valores da vida humana foram sendo quantificados e traduzidos em um preço, na linguagem do dinheiro”, generalizando a competição e a lógica da propriedade privada (KONDER, 2003, p. 17). A terra e a habitação seguiram essa lógica.

O processo de urbanização no país teve início logo após a consolidação da Nação-Estado na primeira metade do século XIX, conformada por uma sociedade de origem colonial, elitista e patrimonialista, que procede ao preparo da inevitável transição do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado. Para isso, recorreram ao âmbito jurídico para promulgar duas leis que foram imprescindíveis para a viabilização dos seus interesses: a Lei de Terras (lei do Império nº 601 de 18 de setembro) e a proibição da importação de escravos pela Lei Eusébio de Queiróz, ambas de 1850. A primeira iniciativa condicionou a aquisição de terras à compra, institucionalizando a propriedade fundiária privada no país, excluindo os indivíduos que não podiam pagar pela sua aquisição (DÉAK, 1999, p. 15).

A desestruturação do comércio de escravos acelerou o processo de transição para o trabalho livre e eliminou a competição com a nova relação de trabalho, estruturada principalmente sobre o imigrante europeu, tanto nas lavouras do meio rural quanto no meio urbano. “Nas últimas décadas do século XIX, começou a se constituir o mercado de trabalho no Brasil” (PEREIRA, 2004, p. 39).

Sobre o uso e ocupação da terra no país, até o século XIX o Brasil com sua grande dimensão territorial e dispersa ocupação era composto por subespaços, configurando polos dinâmicos que evoluíam segundo lógicas próprias, orientadas em grande medida por suas

relações como o exterior. Essa situação irá mudar gradativamente a partir da segunda metade do século XIX, a partir da produção de café, com o Estado de São Paulo se tornando o pólo dinâmico de uma ampla área que envolve os Estados mais ao sul e ainda vai incluir, de modo incompleto, o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Essa parcela do território nacional integrou, sob os influxos do comércio internacional, formas capitalistas de produção, trabalho, intercâmbio e consumo. Contribuem para isso a implantação de estradas de ferro, a melhoria dos portos e a criação de meios de comunicação. Além da adoção da divisão do trabalho como fator de diferenciação em relação ao restante do território nacional. Dentro dessa nova dinâmica desenvolve-se o processo de industrialização, tendo na dianteira essa região, sobretudo o Estado de São Paulo (SANTOS, 2018, p. 29).

As transformações operadas no âmbito político e econômico irão proporcionar a mobilização de capitais para a indústria nacional que irá absorver trabalhadores livres, principalmente imigrantes, configurando a nova camada que surge do sistema produtivo industrial: os trabalhadores de base operária. Os trabalhadores do ramo fabril-manufatureiro emergem e irão contribuir para o despertar das mobilizações em prol de melhores condições de trabalho nas fábricas, manifestações sobre as péssimas condições habitacionais e propostas de redução dos valores dos aluguéis (COGGIOLA, 2015) e dos gêneros alimentícios (TATEMOTO, 2017, s/p).

Nesse novo quadro econômico e social, as cidades em desenvolvimento foram os cenários onde se abrigaram as atividades necessárias para a reprodução da economia urbana comercial-industrial e a emergência e expansão do “trabalho livre” como mercadoria, ou seja, a mercantilização do trabalho encontrou sua base para se consolidar (FERNANDES, 1976, p. 191).

Na segunda metade do século XIX, as cidades passaram a incorporar um contingente de trabalhadores (formada por negros libertos, negros livres, mulatos, migrantes e imigrantes), a produção e a comercialização de mercadorias, concentrando as transações financeiras, expandindo espacialmente e ganhando relevância em relação ao campo. A “dicotomia campo-cidade ia desaparecendo” (DÉAK, 1999, p. 16). Os negócios de importação e exportação passam a acontecer no espaço urbano, que incorpora um novo padrão demográfico. O fenômeno da elevação do número de habitantes no espaço urbano irá aumentar a demanda por habitação e por novas áreas de terras para abrigar essa função. No âmbito destas transformações, capitais como Rio de Janeiro e São Paulo ganharam relevância política, comercial e administrativa.

A imigração subsidiada pelo Poder Público, a abolição da escravatura, as migrações internas provocadas pela mecanização do trabalho no meio rural, pela dificuldade legal de

acesso à terra, pela miséria do trabalhador rural submetido às péssimas condições no campo e as oscilações climáticas (secas) e pela crise na cafeicultura impulsionaram indivíduos à vida no meio urbano, ambiente propício às oportunidades de trabalho formal e informal, oportunizadas pelas atividades econômicas decorrentes do comércio, pelo surto manufatureiro-industrial e pelos excedentes de capital gerados pela economia agrário-exportadora. Esse excedente populacional concentrou-se nas áreas centrais das cidades, locais que abrigavam as ofertas de trabalho, meios de transporte, serviços e o comércio. “O problema da habitação como questão social emerge no final do século XIX, com o acentuado crescimento urbano” (MARICATO, 1997, p. 31).

A urbanização contribuiu decisivamente para a industrialização ao funcionar como agente de diferenciação da economia de mercado, operando através dela a substituição da produção artesanal para a produção manufatureira de bens de consumo. As cidades passaram a reproduzir de forma concreta os efeitos da industrialização, diferenciando-se espacialmente em relação ao campo, reproduzindo a nova concepção do mundo (FERNANDES, 2013, p. 73).

O fim da escravidão, o desenvolvimento manufatureiro-industrial, o surgimento de novos segmentos sociais, a ascensão da burguesia, o advento da mão de obra assalariada, o surgimento da classe trabalhadora urbana assalariada e a nova organização política transformaram a estrutura social e espacial das cidades, alterando a fisionomia de sua paisagem construída que foi adaptada aos novos ideais de modernização de inspiração europeia.

As cidades passaram a abrigar as aspirações burguesas, seus costumes, suas formas de pensar e seus novos hábitos. Para acolher esse novo modo de vida e todas as suas atividades inerentes as cidades precisavam se adaptar à nova imagem de prosperidade e modernidade que a nova dinâmica social e econômica buscava reproduzir. As novas elites dominantes almejavam a ruptura com o passado no campo social e cultural, considerado atrasado e transfigurado na fisionomia da cidade colonial que não mais se adequava às modernas atividades comerciais, industriais e de serviços.

O traçado viário, a morfologia, os edifícios, os usos, a infraestrutura de serviços, os espaços livres, enfim, toda a estrutura formal e suas funções precisavam ser remodeladas segundo o pensamento que vigorou na segunda metade do século XIX. “A idade moderna (modernidade) passa a representar o marco do momento futuro, logo, adquirindo significado de novo ou novidade, só possível a partir da aceleração do ritmo da vida e do próprio tempo” (SILVA, 2017, p. 7).

O processo de modernização, que “busca alcançar a modernidade-progresso através da racionalização e da cientificidade”, sob forte influência do ocidente eurocêntrico, materializado

nas cidades de Paris, Londres, Berlim e Viena (SILVA, 2017, p. 7), se reproduziu nas cidades latino-americanas: Buenos Aires, Montevideú, Lima, Rio de Janeiro, dentre outras (ROMERO, 2009). Os melhoramentos e as reformas urbanas expressam na prática a aplicação desse ideal sobre o espaço urbano, associado aos princípios sanitaristas e higienistas.

No Brasil, os ideais de modernidade encontraram na sociedade que se reorganizava em um novo regime de classes e no desenvolvimento econômico capitalista e industrial, as bases para realizar as intervenções urbanas, inspiradas nas reformas de Paris (1853-1869) realizadas pelo Barão *Georges-Eugène Haussmann*. A partir da última década do século XIX, o embelezamento urbano como forma de planejamento (VILLAÇA, 1999) foi aplicado a cidades brasileiras como Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus, Belém, Santos, Vitória, dentre outras.

A proposta de reforma urbana de Pereira Passos, nomeado prefeito do Distrito Federal pelo presidente Rodrigues Alves em 1903, representa o “ápice da hegemonia da classe dominante” (VILLAÇA, 1999, p. 198) e continha obras de urbanização na área portuária, aterros de mangues, pavimentação de vias, canalização de água, esgoto e gás; implantação de parques públicos, a criação de novos eixos viários, tendo como maior símbolo a Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), inaugurada em 1906 e inspirada nos bulevares parisienses. Para a sua abertura foram demolidas setecentas casas (ROMERO, 2004, p. 311).

Esse ímpeto demolidor foi utilizado como mecanismo para remover grupos sociais pobres em outros momentos da história brasileira, seja para melhorar a higiene e a circulação, seja para privilegiar os interesses privados na construção de edifícios residenciais e na inserção de atividades comerciais (BRUAND, 2010, p. 338). Com a concentração populacional nos núcleos urbanos centrais das capitais em desenvolvimento e as demolições realizadas pelas reformas urbanas contribuíram para o aumento da demanda por habitação. Associado a isso, o trabalho informal, o trabalho temporário e a ociosidade (ausência de trabalho frequente) ampliaram as diferenças sociais, reproduzidas na forma de morar (ROLNIK, 1997; RIBEIRO e PECHMAN, 1983). Nessa situação, a massa de trabalhadores não possuía capacidade de pagar aluguéis.

No último quarto do século XIX, a grande procura por habitações nas áreas centrais dessas capitais fez surgir diferentes modalidades de moradia para abrigar as camadas sociais de baixa renda que buscavam formas de alojamento compatíveis com o valor que podiam pagar. A forma predominante de acesso à habitação era pelo pagamento do aluguel, que era maior ou menor em função dos atributos físicos (tipologia, tamanho, número de cômodos) e das condições de salubridade e higiene. Poucos trabalhadores podiam pagar por essas características, financiadas e viabilizadas segundo os interesses dos locadores e/ou

proprietários. Além disso, inexistiam sistemas de financiamento da casa própria e nem produção estatal direta. Comprar um lote e encomendar a construção da casa própria era extremamente oneroso, incompatível com as condições de renda dos trabalhadores pobres (BONDUKI, 2008). Associado a isso a produção de materiais de construção no país era escassa, condicionando à importação da maioria dos insumos necessários para edificar uma moradia. Portanto, terra, materiais de construção e recursos financeiros eram inacessíveis aos grupos sociais mais pobres.

É nesse cenário que desponta o mercado imobiliário investindo através da iniciativa privada na produção de habitação para aluguel, um negócio extremamente rentável, com elevados lucros (BONDUKI, 2008). A habitação coletiva aparecerá sob diferentes tipologias: cortiço-corredor, cortiço-casa, vilas higiênicas, vilas operárias, correr de casas geminadas (BONDUKI, 2008, p. 43; VAZ, 1994). Todas as tipologias eram edificadas segundo a capacidade de pagamento do usuário e os interesses daqueles que investiam na construção. Dessa forma, surgem formas de morar com estruturas físicas precárias.

As práticas do mercado fundiário também se estendiam às camadas populares que tinham condições de adquirir a prazo lotes nos subúrbios, contribuindo para a expansão da mancha urbana. Os que buscavam construir a casa própria nesses terrenos fugiam das péssimas condições das habitações coletivas e seus altos aluguéis. Por outro lado, se distanciaram das áreas com ofertas de trabalho e passaram a enfrentar os problemas da oferta deficiente de transporte público. Nesse contexto, as favelas despontam na paisagem construída urbana na última década do século XIX, formada por casebres em madeira edificados sobre morros (VALLADARES, 2000), abrigando trabalhadores que desejavam continuar próximo ao trabalho e às oportunidades que a cidade pode oferecer.

Outro fenômeno que contribuiu para agravar o acesso à habitação pelas camadas mais pobres foram as ações dos higienistas no combate às constantes epidemias que atingiram o país a partir de 1850. O adensamento de moradores nos casebres nos morros e nas habitações coletivas conformavam ambientes propícios à proliferação da febre amarela e da tuberculose (MATTOS, 2008). O aparato legal higienista contribuiu para a escassez da habitação com a demolição das moradias coletivas consideradas focos de proliferação das doenças (RIBEIRO e PECHMAN, 1983).

A junção da erradicação das epidemias com o desejo de afastamento da população pobre dos setores estratégicos para a expansão urbana com o ideal de conferir à paisagem uma estética arquitetônica de padrão europeu, mobilizaram as elites dominantes e o Estado em busca de um “saneamento físico e ambiental” (SEGAWA, 2010, p. 21). Neste contexto, as áreas centrais que alojavam os trabalhadores pobres foram adequadas às novas necessidades administrativas,

comerciais e de circulação através dos planos de remodelação urbana que promoveram a demolição de cortiços e pequenas moradias populares no Centro do Capital Federal (BONDUKI, 2014, p. 36), ocasionado uma escassez de moradias.

OS TRABALHADORES URBANOS E O PROBLEMA DA HABITAÇÃO

Nas últimas duas décadas do século XIX, diferentes grupos étnicos (negros, mulatos, caboclos e brancos) formaram o contingente de trabalhadores nacionais e estrangeiros (imigrantes italianos, espanhóis, portugueses, franceses, alemães e outros) que buscaram nas cidades oportunidades de ocupação, sobrevivência e ascensão social. Portando diferentes origens, histórias, identidades e vínculos esses indivíduos traçaram trajetórias distintas ao serem inseridos em um espaço onde o poder econômico delineava as regras da inclusão política, social e cultural.

Os agentes sociais expropriados e despossuídos (CHALHOU, 1986) (de títulos familiares, de propriedade ou de renda) formavam a massa de excluídos (de direitos civis, jurídicos e políticos) da conjuntura vigente.

A necessidade de abrigo para permanecer no ambiente da vida urbana deslocou esse contingente populacional para próximo das oportunidades de trabalho, ofertas de serviços e comércio. As áreas centrais das cidades com feições coloniais eram os espaços que ofereciam tais atrativos, acrescidos, com a intensificação do comércio agrário-exportador e o surto manufatureiro, pelos locais próximos às fábricas, às manufaturas e às áreas portuárias.

Para habitar e vivenciar esses espaços de oportunidades era fundamental ter onde morar, lugar que poderia ser representado por um dormitório individual localizado no próprio ambiente de trabalho, por um dormitório compartilhado ou cômodos construídos em uma habitação coletiva ou ainda, por uma casa individualizada em uma vila. Por outro lado, o acesso à moradia não foi oportunizado da mesma forma para todos os indivíduos.

Em qual tempo e lugar indivíduos no país decidiram evidenciar o problema da moradia são aspectos que demandam do pesquisador recortes, linhas de investigação a serem seguidas, fios condutores que podem levá-lo a mais de uma resposta: em diferentes tempos e lugares grupos sociais excluídos transformaram a habitação em pauta de debate, reivindicação e luta, não sendo homogêneo e simultâneo esse fato. Premissa estabelecida por conhecer e compreender que a questão habitacional está vinculada ao processo de urbanização, consequência da concentração populacional em um determinado sítio (lugar), fenômeno que se processou de forma diferente por todo país.

Partindo desse pressuposto foi preciso realizar um recorte quanto ao momento histórico que levou agentes excluídos a perceberem que as dificuldades enfrentadas para se alojarem nas cidades em ascensão econômica não era um problema individual e sim social, problema de fato que deveria ser objeto de intervenção. Momento que indivíduos deixam de ser passivos e tornam-se atores mobilizados em transformar os problemas do cotidiano em uma questão social. Sobre essa evolução, Bourdieu (1989) direcionou o percurso de investigação:

Para se não ser objeto dos problemas que se tomam para objeto, é preciso fazer a história social da *emergência* desses problemas, da sua constituição progressiva, quer dizer, do trabalho coletivo – frequentemente realizado na concorrência e na luta – o qual foi necessário para dar conhecer e fazer reconhecer estes problemas como *problemas legítimos*, confessáveis, publicáveis, públicos, oficiais: podemos pensar nos problemas da família, do divórcio, da delinquência, da droga, do trabalho feminino, etc. Em todos os casos, descobrir-se-á que o problema, aceite como evidente pelo positivismo vulgar (que é a primeira tendência de qualquer investigador), foi *socialmente produzido*, num trabalho coletivo de construção da realidade social e por meio desse trabalho; e foi preciso que houvesse reuniões, comissões, associações, ligas de defesa, movimentos, manifestação, petições, requerimentos, deliberações, votos, tomadas de posição, projetos, programas e resoluções, etc. para que aquilo que era e poderia ter continuado a ser um problema *privado*, particular, singular, se tornasse num *problema social*, num problema público, de que se pode falar publicamente – pense-se no aborto, ou na homossexualidade – ou mesmo num problema oficial, objeto de tomadas de posição oficiais, e até mesmo de leis e decretos (BOURDIEU, 1989, p. 37, grifos do autor).

O problema incorpora o caráter social quando passa a ser discutido de forma coletiva. Ele deixa de ser percebido individualmente para ser evidenciado por um grupo de indivíduos. Necessariamente, manifestar-se ou realizar uma rebelião por determinada questão não a configura como um problema social propriamente, definido por Silva (1967, p. 267) como aquele que pressupõe um sentimento de insatisfação diante de uma situação coletiva reconhecida por comparação com outras, como de inferioridade, mas considerada suscetível de melhoria e julgada injusta. A comparação pode estabelecer-se no tempo (passado x presente) e/ou no espaço entre situações contemporâneas, sendo essa última a base dos problemas sociais.

A consciência do sujeito diante da evidente situação nem sempre é despertada de imediato, assim como nem “todos os indivíduos envolvidos na situação a propósito da qual o problema suscita tenham de o viver realmente”, podendo ainda existir indivíduos afetados por um problema social que podem não ter plena e igualmente nítida consciência sobre o que vivenciam. O que leva à formulação de um dado problema corresponde a um processo que pode conter: a interpretação de fatos presentes, uma conjuntura acerca das possibilidades de evolução futura, uma condenação de uma dada situação atual, um apelo implícito de caráter

coletivo tendo em vista a insuficiência dos esforços isolados de cada indivíduo (SILVA, 1967, p. 267).

Esses parâmetros conceituais nos auxiliam a compreender como os excluídos podem apreender e reagir a um problema que os afeta, no caso específico deste trabalho, a habitação como problema social urbano. O reconhecimento e a percepção de uma situação coletiva de inferioridade expressas nas ausências materiais não possuem força de despertar um problema social (SILVA, 1967, p. 213), formulação também defendida por Lúcio Kowarick:

[...] não há ligação linear entre a precariedade das condições de existência e os embates levados adiante pelos contingentes por ela afetados (KOWARICK, 2000, p. 69) [...] a exploração do trabalho e a espoliação urbana – nada mais são do que matérias-primas que alimentam de forma extremamente variada a ação de grupos sociais. Isso significa dizer que as condições materiais objetivas, de *per si*, não constituem o motor das transformações sociais, pois o que importa é o processo de *produção de experiências* do qual decorrem os significados que ele passa a ter para múltiplas e frequentemente opostos atores sociais (KOWARICK, 2000, p. 83, grifos do autor).

Durante o século XIX as demandas dos agentes sociais que protagonizaram as mobilizações se relacionavam às questões sociais e políticas da conjuntura da época com alcance limitado e efeitos localizados, com salvas exceções (Movimento Abolicionista e Movimento Republicano). Até o fim do século XIX o Brasil já havia sido palco de diferentes eventos de lutas e movimentos sociais expressos em insurreições, revoluções, rebeliões, revoltas, protestos (GOHN, 2012), agitações, atos e greves (RODRIGUES, 1974; DIAS, 1977) que aconteciam em diferentes localidades pelo país e que englobavam diferentes estratos sociais que traçavam estratégias de alianças em prol de interesses específicos e imediatos (GOHN, 2012).

Dessas mobilizações fizeram parte pobres livres (pequenos funcionários, militares de baixo escalão, escravos, índios), maçons, o clero católico, camadas médias (intelectuais, militares e comerciantes), as elites dominantes e o movimento social de base operária que floresceu a partir da implantação das manufaturas. No fim do século XIX manifestações populares por melhorias urbanas, por melhores condições do transporte público, contra a elevação dos valores das tarifas dos bondes e contra a alta dos gêneros alimentícios já se apropriavam dos espaços das ruas e praças públicas para reivindicarem em comícios e passeatas (GOHN, 2012; LOBO *et al.*, 1989, p. 30).

As transformações proporcionadas pela incorporação de novas atividades econômicas no espaço urbano contribuíram para a diversificação dos segmentos sociais representados pela classe média burocrática e profissional (servidores públicos, profissionais liberais, empregados

de bancos e sacerdotes), pelos grupos funcionais (militares de carreira e estudantes das escolas superiores), pela burguesia agrária-exportadora, empresários industriais, proprietários de manufaturas e pequenas fábricas domésticas, comerciantes, trabalhadores de serviços essenciais (ferroviários, marítimos, doqueiros), empregados do comércio, operários de empresas privadas e estatais nos mais diferentes ramos, trabalhadores domésticos, dentre outros (FAUSTO, 2000). Em síntese, diferentes estratos sociais e categorias profissionais passam a compor a sociedade no final do século XIX, ampliando o mosaico de relações sociais no espaço urbano, o que contribuiu para ampliar os questionamentos sobre a necessidade de mudanças sociais e políticas.

Nesta conjuntura destacam-se os trabalhadores urbanos assalariados de diferentes categorias profissionais (artesãos, alfaiates, costureiras, padeiros, barbeiros, sapateiros, pedreiros, chapeleiros, garçons, gráficos, portuários, marítimos, ferroviários, cocheiros, dentre outros) que exerciam suas atividades em estabelecimentos fabris, comerciais e de serviços e desenvolveram uma consciência sobre os problemas que vivenciavam no ambiente do trabalho (produção) e no cotidiano do domicílio: os baixos salários, as péssimas condições de trabalho às quais estavam submetidos no espaço físico das fábricas e manufaturas, a ausência de regulamentação das relações de trabalho, o elevado custo de vida e as precárias condições de moradia (RODRIGUES, 1974; DIAS, 1977; CARONE, 1977; PINHEIRO e HALL, 1981; BLAY, 1985; Lobo *et al.*, 1989; FAUSTO, 2000; COGGIOLA, 2015).

Foi o exacerbamento pelas injustiças praticadas e a exploração salarial o maior aliciente para forçar o trabalhador a se agrupar e unir, dando início às reivindicações, criando nele, ao mesmo tempo, uma consciência de seus direitos (DIAS, 1977, p. 48).

Categorias profissionais se uniram em associações e ligas. Sindicatos foram criados (DIAS, 1977) como entidades de representação, surgiram partidos políticos de base popular e operária, emergiram diferentes correntes (FAUSTO, 2000), influências representativas do movimento social de base operária. Essa nova dinâmica no campo do trabalho fez surgir uma consciência sobre os problemas sociais, em especial os urbanos (transporte público, infraestrutura urbana dos bairros operários e situação de higiene e adensamento das moradias das camadas populares).

No quadro brasileiro, os trabalhadores urbanos de base operária se destacaram como principal força política e social, mobilizando massas populares nas ruas por melhores condições de trabalho nas fábricas e melhores salários (COGGIOLA, 2015), influenciados pelas mobilizações de trabalhadores ocorridas na Argentina e no Chile e pelo pensamento socialista e comunista que ingressava no país (KONDER, 2003). “A situação do trabalhador, precária em

todos os estados do Brasil, era reclamada nos centros de maior crescimento industrial, exatamente onde também se concentrava o maior número de operários especializados” (RODRIGUES, 1974, p. 151).

Para expressarem a revolta com o baixo nível de vida, os trabalhadores adotaram práticas e instrumentos representados de forma concreta pelas greves (paralisação do trabalho), manifestações públicas (passeatas, comícios e comemorações), mídia impressa (jornais e panfletos), reuniões em casas de trabalhadores, formação de organizações coletivas (sindicatos, comitês, ligas operárias, uniões profissionais, sociedades, associações de resistência, cooperativas e associações de auxílio mútuo), agrupações partidárias de diferentes correntes (socialistas, comunistas, anarquistas, anarco-sindicalistas, anti-clericais), eventos (congressos, conferências e palestras), eventos culturais (apresentações teatrais e cinematográficas) e laços de solidariedade baseados na ajuda mútua entre operários (auxílio com gêneros alimentícios no período de greve, adesão à paralisação do trabalho em solidariedade a um trabalhador punido, etc) (DIAS, 1977; CARONE, 1977).

No período de 1900 a 1930 as mobilizações dos trabalhadores foram intensas, reprimidas e combatidas pelo Estado e pelo empresariado, com derrotas e conquistas que se materializaram em leis relacionadas à regulamentação do trabalho a partir da década de 1930, já sob o governo de Getúlio Vargas. O Estado e os segmentos dominantes responderam de forma autoritária, combatendo toda e qualquer forma de manifestação que articulasse contra seus interesses.

De 1910 a 1920 aconteceram pelo Brasil 258 greves, sendo 65 (25%) delas relacionadas a aumento de salários e 59 (23%) reivindicando redução de jornada. Por outro lado, somente 56 obtiveram êxito e 34 terminaram em acordos, considerando o número total de greves. No período anterior, de 1900 a 1910 haviam sido 111 no total, número parecido ao de período de 1921 a 1930 que registrou 114 greves. De forma geral, por todo Brasil, no período de 1920 a 1930 ocorreram 517 greves, sendo a maioria (166) reivindicações por aumento de salários (32%) (RODRIGUES, 1974, p. 371). Neste contexto, o crescimento da mão de obra livre assalariada impulsionou o debate sobre questões relacionadas aos salários, higiene, habitação e custo de vida. Desta forma, o despertar das mobilizações em torno do habitar estão articuladas a esse cenário de onde emergiram novos atores sociais representados por setores das camadas médias e populares:

Durante a Primeira República as lutas sociais urbanas se acirram no Brasil, dado o avanço do **processo de urbanização** propiciado pela economia do café, na região centro-sul. [...] organizações anarco-sindicalistas conviverão com as associações de

auxílio-mútuo; lutas pelo rebaixamento por salários, jornada de trabalho, assim como pelo **congelamento dos aluguéis**, a forma predominante de moradia no período. O Estado brasileiro tratará a questão social como questão de polícia. As greves, nos vários setores da vida nacional, serão uma constante (GOHN, 2012, p. 62). Cumpre registrar ainda o quadro de pobreza reinante no país durante a Primeira República, agravado por ciclos de epidemias como a febre amarela, a varíola, a peste bubônica e pelos surtos de gripe, como as de 1917-1918 (GOHN, 2012, p. 63, grifos nossos).

Por todo país os salários eram pagos em diárias que não conseguiam cobrir o custo mínimo necessário para as despesas com alimentação e aluguel. Em 1896 em São Paulo o valor da diária oscilava entre 2\$000 e 4\$000, no Rio de Janeiro entre 4\$000 e 6\$000, no Recife de 3\$000 a 5\$000 e no Rio Grande do Sul de 3\$000 a 7\$000. Uma família de 6 pessoas sustentada pelo salário de um alfaiate em 1896 poderia ter uma receita estimada mensal de 130\$000, mas uma despesa com alimentação e aluguel de 146\$730, o que representava um déficit mensal de 16\$730. Neste exemplo o aluguel da casa representava cerca de 31% dos ganhos mensais do trabalhador livre assalariado (RODRIGUES, 1974, p. 41).

Em 1912 em São Paulo em 31 fábricas de tecidos do estado, homens, mulheres e crianças recebiam remunerações diárias diferentes, variando entre 6\$300 e 1\$100 para uma jornada que poderia chegar a 12 horas. Apesar de serem maioria, as mulheres recebiam menos que os homens. Dos 10.204 operários, cerca de 74% eram estrangeiros, dos quais 80% eram italianos, cerca de 37% eram analfabetos, 67% eram mulheres e cerca de 29% tinham idade inferior a 16 anos de idade, sendo que os menores de 12 anos ganhavam de 40 a 80 réis por hora de serviço, em uma deplorável exploração do trabalho infantil (PINHEIRO e HALL, 1981).

Famílias inteiras de trabalhadores estrangeiros (imigrantes italianos, portugueses, espanhóis, sírios, alemães, dentre outros) e nacionais eram submetidos às jornadas de 12, 16 e até 18 horas de trabalho com remuneração que não chegava a custear 60% do custo de vida necessário para a sobrevivência de uma família composta por quatro membros. O aluguel de uma casa de dois cômodos com cozinha representava cerca de 30% do salário e cerca de 22% da soma de todos os insumos de consumo da família (alimentação, vestuário, mobiliário etc.) (DIAS, 1977, p. 226).

Entre 1914 e 1927 os salários aumentaram 150% e o custo de vida de 1920 a 1927 cresceu 280% no Brasil (PINHEIRO; HALL, 1981, p. 137). Somente entre 1914 e 1920 os preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade aumentaram em média 124%. Neste mesmo período o aluguel de uma casa de dois quartos e sala representava cerca de 27% do custo de vida mensal de uma família de quatro pessoas é de aproximadamente 30% do valor do salário mensal. De forma geral no Brasil, de 1913 a 1923 o custo de vida englobado pelo aluguel

acrescido da condução (transporte), vestuário e alimentos cresceram 189% e os salários tiveram aumento médio de 69% (RODRIGUES, 1974, p. 315). Nesta conjuntura de espoliação, as greves ascenderam como reação.

Pinheiro e Hall (1981) nos fornecem uma visão geral da relação entre os baixos salários e os elevados custos de vida em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, destacando o preço do aluguel, que em termos médios no Brasil era de 15 dólares mensais, “fora do raio da cidade, ou, em outras palavras, em termos médios, de 40% a 50% do salário deveria ser dedicado ao aluguel da casa”. O salário médio era de 30 dólares.

A emergência da habitação como pauta de mobilização coletiva está relacionada aos debates e lutas travadas no campo do trabalho. Os aumentos extorsivos dos aluguéis e as difíceis condições de moradia nos cortiços e subúrbios foram temas presentes nas agitações operadas pelos trabalhadores ao lado de reivindicações por aumento de salários, redução da jornada de trabalho para oito horas, o fim da exploração do trabalho infantil e feminino, o fim das retaliações (multas e punições), o fim dos castigos corporais, pontualidade no pagamento dos salários, descanso semanal remunerado, intervalos de descanso, garantias contra acidentes no trabalho, garantias de estabilidade no emprego, liberdade de manifestação pública, assistência à saúde, melhores condições sanitárias nas fábricas, salubridade e segurança nas fábricas e o barateamento dos gêneros de consumo (DIAS, 1977). Em sua maioria foram reivindicações pela regulamentação do trabalho.

OS TRABALHADORES URBANOS E A LUTA PELA HABITAÇÃO

No século XX as lutas sociais passam a ter um caráter urbano decorrente da problemática que provém das novas funções que passam a se concentrar nas cidades em virtude das transformações sociais e econômicas (GOHN, 2012, p. 59). Na configuração socioespacial das cidades transformadas pelas reformas urbanas e pelas ações higienistas, grupos sociais excluídos se lançaram à reação, à insubordinação e à luta.

As transformações do espaço físico operaram mudanças nas estruturas constitutivas do espaço social, transplantando, deportando e desenraizando pessoas (BOURDIEU, 2013, p. 134). “O lugar e o local ocupados por um agente no espaço físico apropriado constituem excelentes indicadores de sua posição no espaço social” (BOURDIEU, 2013, p. 134).

Tomando a teoria de estrutura do espaço social de Bourdieu (2013), as diferenças econômicas e culturais dos indivíduos que coexistiam nas áreas centrais foram objetivadas na

nova distribuição espacial das habitações nos bairros centrais, nos subúrbios e nas nascentes favelas.

“A dominação do espaço é uma das formas privilegiadas do exercício da dominação, e a manipulação da distribuição dos grupos no espaço foi sempre colocada a serviço da manipulação dos grupos” (BOURDIEU, 2013, p. 134). Alinhamentos, alargamentos, demolições e reconstruções foram mecanismos técnicos que conseguiram alterar a forma de morar dos grupos sociais que ocupavam a pior posição no espaço social e eram completamente excluídos dos campos de poder:

A capacidade de dominar o espaço apropriado, notadamente apropriando-se (material ou simbolicamente) dos bens raros (públicos ou privados) que aí se encontram distribuídos, depende do capital possuído. O capital permite manter a distância pessoas e coisas indesejáveis e, ao mesmo tempo, aproximar-se das pessoas e coisas desejáveis, minimizando assim o dispêndio (notadamente de tempo) necessário para delas se apropriar. Inversamente, aqueles que são desprovidos de capital são mantidos à distância, seja física ou simbolicamente, dos bens socialmente mais raros, e condenados a conviver com as pessoas ou bens mais indesejáveis e menos raros. A ausência de capital leva ao seu paroxismo a experiência da finitude: ela acorrenta a um lugar. Inversamente, a posse do capital garante, além da proximidade física (residência) em relação aos bens raros, a quase ubiquidade que torna possível o domínio econômico e simbólico dos meios de transporte e de comunicação (e que é frequentemente redobrado pelo efeito da delegação, poder de existir e de agir à distância por interposta pessoa). Resulta daí que a estrutura da distribuição espacial dos poderes, isto é, das propriedades durável e legitimamente apropriadas e dos agentes com oportunidades desiguais de acesso ou de apropriação material ou simbólica (oportunidades que, conforme se viu, definem-se na relação entre a distribuição espacial dos agentes – definidos inseparavelmente como corpos localizados e como detentores de capital – e a distribuição dos bens ou serviços socialmente disponíveis), representa a forma objetivada de um estado das lutas sociais pelo que se pode denominar os *lucros do espaço* (BOURDIEU, 2013, p. 137, grifos do autor).

As transformações que ocorreram nas cidades pelas reformas urbanas e seu urbanismo embelezador acentuaram a segregação das classes mais pobres, excluídas pela nova concepção urbana de ocupação do solo pelo zoneamento de atividades, que valorizava as práticas comerciais em detrimento da moradia. “Na base de toda transformação estava o processo que torna as edificações uma mercadoria capitalista, apropriada de forma distinta pelas classes ou grupos sociais” (MARICATO, 1997, p. 30).

O primeiro grande ato de manifestação popular do século XX, a Revolta da Vacina (1904) não possui como pauta de reivindicação a habitação, não representa o despertar para o problema, mas expressa a violenta reação de indivíduos subordinados às más condições de vida, às práticas higienistas e aos efeitos das demolições realizadas pelas obras de remodelação urbana.

O motim sangrento que levou o Rio de Janeiro a ser campo de batalha de 10 a 16 de novembro de 1904, envolvendo diferentes estratos sociais em oposição à lei da vacinação obrigatória contra a varíola foi um movimento de “protesto popular policlassista”, “misto de rebeldia com ressonâncias arcaicas, contestação antioligárquica e reivindicação social” (FAUSTO, 2000, p. 59), também motivado como reação às demolições promovidas pelo governo do Distrito Federal para as obras viárias das reformas urbanas de Pereira Passos (BONDUKI, 2014; CHALLHOUB, 1996; PECHMAN; RIBEIRO, 1983). Lobo *et al.* (1989) nos auxiliam a tecer relações entre a insatisfação social e a questão habitacional:

[...] em especial em 1905 e 1906, os gêneros alimentícios aumentam de preço sem a correspondente elevação de salários e agrava-se o problema de desemprego. As jornadas de trabalho são de 12 horas [...] o **descontentamento** popular, dos proprietários e senhores das casas coletivas derrubadas (nobres do Império, comerciantes e a Igreja), dos pequenos comerciantes do centro, **explodiu na Revolta da Vacina**, contra os métodos impositivos usados pelas autoridades. [...] O **crescimento populacional** nesse período determinaria um aumento da demanda de moradia em um espaço urbano em transformação. A intensificação da **urbanização**, determinando profundas modificações, afetava diretamente o setor de construções, propiciando vantagens a uma elite de empresários que atuavam no ramo, acobertados por uma política de planejamento urbano dirigido de um “embelezamento” e uma **“modernização”** da cidade (LOBO *et al.*, 1989, p. 75) [...] a **crise da habitação** em geral, e em particular, da moradia operária, agravou-se com a política de modernização de Pereira Passos, que implicou a demolição, em larga escala, de casas de cômodos, estalagens e hospedarias, no centro da cidade, contribuindo para provocar movimentos de descontentamento popular como a Revolta da Vacina. [...] o Governo Pereira Passos atraiu investimentos para obras suntuárias, provocando uma valorização da terra e a especulação imobiliária, que redundaram no declínio da construção de moradias populares (LOBO *et al.*, 1989, p. 77, grifos nossos).

A Revolta da Vacina “foi o maior movimento de protesto popular contra os métodos utilizados pelos órgãos de saúde pública no período” (CHALLHOUB, 1996, p. 58), mas também a reação às demolições arbitrárias das habitações coletivas, aos despejos gerados e às visitas invasivas no ambiente familiar realizadas pelos higienistas. A revolta popular que teve a participação de oficiais do exército, alunos das Escolas Militares, políticos (também interessados em uma tentativa de golpe político), trabalhadores e segmentos populares (FAUSTO, 2000) deixou um saldo de 30 mortos, 110 feridos, cerca de 1000 presos e 461 deportados para o estado do Acre e teve impactos na provisão da moradia, contribuindo para a primeira iniciativa estatal na produção habitacional no país (BONDUKI, 2014).

Sob a presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), o prefeito Pereira Passos solicitou autorização à Câmara Municipal (Decreto 1.402 de 18 de julho de 1905) para construir 120 unidades habitacionais de dois pavimentos distribuídos em vários blocos nos terrenos remanescentes das desapropriações e demolições realizadas para a abertura da Avenida

Salvador de Sá localizada na área central do Rio de Janeiro. O “primeiro empreendimento habitacional realizado pelo poder público no país” foi destinado a operários (BONDUKI, 2014, p. 36), ou seja, trabalhadores com rendimentos.

A produção das 120 unidades (1905-1908) foi ínfima diante dos 2.240 prédios demolidos entre 1902 e 1906 na área central do Rio de Janeiro (MATTOS, 2008, p. 56). Segundo dados estatísticos coletados por Lobo *et al.* (1989, p. 51), entre 1887 e 1895 haviam sido produzidas no Rio de Janeiro habitações para abrigar 8.420 operários em vilas executadas pela iniciativa privada enquanto as habitações condenadas para demolição no mesmo período abrigavam cerca de 36.830 pessoas.

No âmbito da moradia, as duas primeiras décadas do século XX foram marcadas por intensas mobilizações e agitações dos trabalhadores urbanos, formados por mulheres, homens e crianças, de diferentes etnias que se colocaram em movimento pela redução do custo de vida, representado principalmente pelo valor dos gêneros alimentícios de primeira necessidade e pelo valor do aluguel. Como pauta de debate, a questão do morar migra do espaço dos jornais para a ação-direta no espaço urbano, consequência da situação de espoliação a qual estavam submetidos os estratos sociais mais pobres, no caso, os excluídos do processo de transformação operado pelas novas relações nas atividades produtivas, financeiras e comerciais.

Gohn (2012) ao realizar um mapeamento das demandas populares urbanas no Brasil do século XVI ao ano de 1995 nos fornece subsídios para compreender a percepção de como o problema da moradia para os grupos sociais excluídos vai tomando forma, se transformando em pauta de reivindicação vinculada às demandas pautadas no nível das relações de produção:

Os problemas que mais se destacavam foram os relativos à moradia e aos transportes. Esses problemas apareciam imediatamente articulados à esfera do trabalho, e esse é um ponto de diferenciação dos movimentos de então em relação aos atuais movimentos populares. No caso da moradia a problemática aparecia nas péssimas condições dos *cortiços*, nos *aluguéis* exorbitantes e nas ações frequentes de *despejo* dos operários que moravam em vilas de propriedade dos donos das fábricas. Nesse último caso os operários que participavam de greves eram sumariamente notificados a desocupar as habitações no prazo de 8 dias. Os protestos contra o custo de vida e levavam à greve diferentes categorias [...]. No período de 1911 a 1914 ocorreram várias greves por causa dos *aluguéis*, custo de vida e especulação imobiliária. A relação entre trabalho e salário, custo de vida e moradia era sempre direta. As feiras livres surgiram como uma forma de barateamento dos alimentos e foram conquista popular. As vilas operárias também eram formas de fixar o operário oriundo das imigrações, assegurando-lhe condições para sua reprodução como força de trabalho. Elas eram apresentadas como *CASAS* higiênicas em oposição aos *cortiços*. Os *cortiços* são elementos mais destacados na condição cotidiana de miserabilidade das classes subordinadas de então (GOHN, 2012, p. 165, grifos da autora).

A partir do lugar da moradia outros problemas surgiram no cotidiano dos trabalhadores urbanos: o tempo de deslocamento no transporte público, o valor da passagem para realizar o

percurso até o local de trabalho (distanciado pela ampliação da mancha urbana – loteamentos nos subúrbios), a baixa oferta de linhas de transportes, a ausência de equipamentos coletivos e as deficientes condições de infraestrutura de saneamento, pavimentação e fornecimento de água. Não ter estes problemas significava manter-se próximo ao local do emprego, em áreas consolidadas com infraestrutura. A localização da moradia era fundamental também para reduzir o custo de vida, que incorporava o valor do aluguel, com grande impacto sobre a qualidade de vida dos trabalhadores assalariados com baixos rendimentos.

Os trabalhadores livres urbanos, com empregos formais ou informais, submetidos aos baixos rendimentos e aos altos aluguéis, morando em habitações coletivas precárias nas áreas centrais, nos subúrbios sem infraestrutura ou nas nascentes favelas, sujeitos às viagens diárias em um sistema de transporte deficiente, em maiores condições de vulnerabilidade frente às doenças, em especial a tuberculose (MORAES, 1909) formaram a massa popular que buscou se organizar de forma coletiva organizada ou espontânea para obter melhores condições de vida e alterar a situação vigente. A mão-de-obra livre assalariada evidenciou a habitação como problema.

A análise da literatura que avaliou os debates em torno do problema da moradia na Primeira República (PINHEIRO e HALL, 1981; BLAY, 1985; LOBO *et al.*, 1989; MATTOS, 2008) permite compreender que os temas estavam relacionados às condições precárias de moradia dos trabalhadores, às condições de higiene e salubridade das habitações como causas das epidemias, à necessidade de remoção das habitações coletivas, à carestia dos aluguéis, à defesa da provisão realizada pela iniciativa privada com incentivos, à necessidade de atuação do Estado e à reprodução das favelas como locais de criminalidade.

Pinheiro e Hall (1981) baseados em documentos e em reportagens de jornais publicadas pela imprensa operária e pela imprensa da elite dominante no período de 1889 a 1930 nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia demonstram como o problema da habitação urbana foi pauta dos debates dos subordinados às péssimas condições de moradia e aos elevados aluguéis.

A ampla literatura¹ (RODRIGUES, 1974; DIAS, 1977; CARONE, 1977; TEIXEIRA e RIBEIRO, 1979; PINHEIRO e HALL, 1981; GOHN, 1982; ANT *et al.*, 1994; GOHN, 2012) sobre as lutas sociais no país e a história das mobilizações sociais dos trabalhadores de base

¹ Acrescida de consultas realizadas a alguns jornais publicados na segunda metade do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX disponíveis no acervo digital de periódicos da Biblioteca Nacional e do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Jornais pesquisados que continham notícias que abordavam a problemática habitacional: A Rua, O Amigo do Povo, Correio da Manhã, A União Operária, Voz do Povo e A Alvorada.

operária fornecem subsídios para atestar que sob a perspectiva daqueles que vivenciavam o problema do abrigo, os debates e as reivindicações pela provisão da moradia urbana têm sua gênese no âmbito das discussões sobre o valor do aluguel (vinculado ao elevado custo de vida) e das péssimas condições de moradia das classes trabalhadoras. Esses novos atores sociais colocaram a habitação na agenda de debates da imprensa diária, nos congressos, comícios nas ruas e até em peças de teatro apresentadas pelo país.

O ano de 1905 foi marcado pela expansão do número de greves operárias em São Paulo e Rio de Janeiro. A greve foi a “arma empunhada pelos operários que assustava a burguesia” (RODRIGUES, 1974, p. 43). No entanto, “a questão social não era vista pela gente do Governo e da alta burguesia. Para eles era inexistente” (RODRIGUES, 1974, p. 73). Era questão de polícia, de repressão, de perseguição, de prisão e de deportação. Nisso se enquadrava a questão da moradia.

Na primeira década do século XX, experiências de protesto de inquilinos contra os altos preços dos aluguéis que se reproduziram em greves aconteceram na Irlanda (1901) e Nova Iorque (1907) (BOLTEN, 2020). No âmbito das reivindicações em prol da regulamentação do trabalho que ocorriam na primeira década do século XX, surge “o movimento pela redução dos preços dos aluguéis que em poucos dias atinge o Rio de Janeiro e se expande pelo país” (RODRIGUES, 1974, p. 132). Diante do elevado custo de vida, das péssimas condições de moradia nos cortiços, da irregularidade do transporte público para os subúrbios e da exploração dos preços dos aluguéis pelos especuladores rentistas, a estratégia dos inquilinos era não pagar o aluguel até que ele fosse reduzido pelo locatário, que passou a pleitear junto ao governo redução de impostos para baratear os aluguéis.

O problema da habitação para os grupos sociais excluídos foi evidenciado “na questão dos valores dos aluguéis” (BONDUKI, 1994, p. 116) e mobilizou inquilinos na luta pela redução, congelamento e boicote ao pagamento (ROLNIK, 1994) nas primeiras décadas do século XX. Os projetos de reforma urbana como propulsores de explosivas lutas urbanas, que em São Paulo e no Rio de Janeiro, tomaram as ruas nas primeiras décadas do século XX, mobilizadas pelos anarquistas, que sobre a questão da moradia, movimentaram as Ligas de Inquilinos, associações de organização autônoma que lutavam a favor do boicote total ou parcial ao pagamento dos aluguéis (ROLNIK, 1994).

Inspirados na experiência dos argentinos de 1907 (LOBO *et al.*, 1984) quando os anarquistas lideraram a greve dos inquilinos (interrupção do pagamento do aluguel aos proprietários), as ligas, de caráter anarquista, tinham como principal ponto de mobilização o valor do aluguel, em torno do qual se realizam os debates entre os proprietários e locatários.

A insatisfação coletiva contra os valores praticados pelos locadores impulsionou os inquilinos a se mobilizarem através da defesa da prática da suspensão do pagamento do aluguel, utilizando como estratégia a greve, instrumento de reivindicação na esfera da produção. O movimento era a favor da redução dos valores dos aluguéis, cujas práticas organizativas buscavam a ação direta contra os locatários e excluía o Poder Público como interlocutor.

As liga de inquilinos representa a reação dirigida ao proprietário e à existência da propriedade privada. Expressa um movimento popular espontâneo, que buscou se organizar em comitês e associações populares nos bairros para pressionar os proprietários de imóveis, considerados os exploradores dos trabalhadores inquilinos. Mesmo sendo capitaneadas pelos anarquistas, foi um movimento organizado fora das bases sindicais que buscou reunir diferentes grupos ideológicos e políticos, articulando vários segmentos do operariado, sendo a condição de inquilino o determinante para participar das ações diretas, representadas pelos comícios em praças, pelas assembleias realizadas aos domingos nos bairros operários e pelas agitações que extrapolaram as ruas dos bairros operários (BLAY, 1985).

As ligas definiam estratégias de controle sobre os aluguéis através da formação de associações, comitês e subcomitês de fiscalização dos preços dos aluguéis, realizavam conferências e assembleias. Inicialmente manifestavam-se nas ruas dos bairros onde residia a base social que formava a liga (condição de ser inquilino), depois ampliaram a escala de mobilização para as praças públicas com a realização de comícios e passeatas nas ruas além dos limites dos bairros de articulação. Denunciam proprietários, preços abusivos e os despejos utilizando como meio artigos publicados na imprensa operária anarquista e panfletos. As ligas não defenderam alternativas para que os trabalhadores urbanos se tornassem proprietários e sim reivindicaram a produção de vilas onde o aluguel fosse ofertado de forma mais barata (BLAY, 1985).

O movimento se capilarizou pelo país levado pelo teatro amador operário de tendência anarquista, que transformou sua reivindicação sobre os aluguéis em uma peça de teatro em 1907 intitulada “Greve de Inquilinos – uma farsa em um ato”, com enredo descrito em um livreto de 40 páginas escrito pelo operário anarquista português Neno Vasco (RODRIGUES, 1974, p. 134).

A reação dos proprietários às manifestações dos inquilinos foi a criação no final da década de 1910 da exigência de fiador para locação, desta forma criaram um instrumento de proteção contra possíveis ausências de pagamentos. Do outro lado, as ligas se articulavam e contratavam advogados para suspender despejos de inquilinos (BLAY, 1985).

Outras correntes de trabalhadores já discutiam no 1º Congresso Operário Brasileiro realizado de 15 a 20 de abril de 1906 no Rio de Janeiro, delegações de corporações de trabalhadores discutiram a necessidade de construção de casas para operários. Já no IV Congresso realizado de 7 a 15 de novembro de 1912 a pauta ampliou-se dentro de um programa de ações políticas que visavam, dentre outras metas, lutar frente ao governo federal pela construção de casas para operários pelos governos estaduais (DIAS, 1977), também incluindo propostas que viabilizassem a aquisição da moradia pelo operário mediante o pagamento de prestações (FAUSTO, 2000, p. 90).

Eleito presidente em 1910, Marechal Hermes da Fonseca enfrentou um período de “acentuada expansão da economia brasileira nos anos 1910/meados de 1913” que foi acompanhada a partir de 1911 de “uma tendência à elevação de preços” ocasionada por fortes pressões inflacionárias, desencadeando em 1912 em protestos e mobilizações populares contra a Carestia de Vida, organizadas por trabalhadores de correntes anarquistas e socialistas, que em São Paulo fundam em 1912 o “Comitê de Agitação contra a Carestia de Vida”, denunciando em comícios realizados nos bairros quem especulasse com os altos valores dos aluguéis e dos gêneros de primeira necessidade. O tema da carestia dos aluguéis ganhou mais relevância a partir de 1912 (FAUSTO, 2000, p. 150).

Neste contexto de agitações populares do período de 1905 a 1913, caracterizado pela retomada econômica em contraste à depressão do fim do século XIX no país (FAUSTO, 2000), a primeira administração federal a produzir habitação foi a do governo Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), também com a proposta de destinar as unidades aos operários. A iniciativa foi motivada por uma série de fatores interligados: a intensa mobilização do movimento operário que ascendeu no período de 1905 a 1908 e depois entre 1911 e meados de 1913, as agitações promovidas pelos anarquistas, a crise econômica e financeira que encareceu o custo de vida, impactando nos valores dos aluguéis e dos gêneros alimentícios e a política trabalhista de cooptação de Hermes da Fonseca (LOBO *et al.*, 1989; FAUSTO, 2000).

Em 18 de janeiro de 1911 o então presidente da República instituiu o Decreto 2.407 que concedia diversos favores a associações que se dispusessem a produzir casas higiênicas e salubres para habitação de proletários. Isenção de impostos sobre a importação de materiais de construção (exceto madeira), isenção de taxas sobre os contratos relativos às moradias, assim como sobre as transações imobiliárias e cessão gratuita de terrenos de propriedades da união para implantação das unidades habitacionais. A legislação estabelecia regras quanto à localização das edificações em ruas com mais de 15 metros de largura, tipos de construções permitidas pelo Governo, o valor do custo total da moradia, o material de construção necessário,

a fixação do preço máximo de venda e locação. O aluguel mensal não poderia exceder “à soma correspondente ao juro bruto de 15% sobre o seu custo”, incluindo o custo do terreno. Além disso, a venda da casa pela associação construtora ao locatário deveria ser realizada a um valor máximo acrescido de 10% do custo total.

O presidente “destoa da essência liberal que pautou os governos da República até 1930” e “tomou a questão da habitação como uma questão social” além de possuir simpatia pelas bases operárias e possuir vínculos com as organizações sindicais, tendo aliados sindicalistas e “tornado as vilas proletárias uma preocupação permanente em seu governo”, criando em 1910 a Comissão de Construção de Vilas Operárias, que foi extinta após a finalização do seu governo. “O Governo Federal inicia as vilas proletárias Hermes e Orsina da Fonseca num contexto de aproximação com o setor operário” (FERNANDES; OLIVEIRA, 2010, s/p).

No entanto, essas iniciativas fracassaram e a depressão econômica que começou a se manifestar em 1913 acentuou-se em 1914” (LOBO *et al.*, 1989, p. 100), sendo as vilas entregues parcialmente e concluídas posteriormente. Inicialmente idealizado para operários, a vila Marechal Hermes foi ocupada em 1914 por moradores que eram em sua maioria funcionários públicos, não abrigando realmente o público para o qual foi destinada e prometida (LOBO *et al.*, 1989, p. 99).

Os efeitos econômicos da Primeira Guerra Mundial pioraram a situação dos trabalhadores urbanos, ampliando o custo de vida. A ausência de capitais externos de investimentos, a elevação dos juros e a escassez de materiais de construção desestimularam a produção de habitação pela iniciativa privada ampliando a carência de moradias. Associado a isso, a elevação do custo de vida veio atrelada ao aumento dos aluguéis que passaram a impactar ainda mais sobre os baixos rendimentos dos trabalhadores pobres. Por outro lado, a questão dos aluguéis também levou a classe média a reivindicar a redução dos valores e a regulamentação de regras na relação entre proprietários e inquilinos, inexistentes nas duas primeiras décadas do século XX.

Neste contexto acontecerá a Greve Geral de 1917 iniciada em São Paulo, se espalhará por todo país, motivada pelo acúmulo de acordos não cumpridos pelo patronato nas greves anteriores somados à continuidade da exploração nas fábricas, aos baixos salários, à repressão policial e ao tratamento dispensado aos grevistas, assassinados nas cadeias e na luta por melhores condições de trabalho. Até mesmo órgãos governamentais denunciavam a situação de carestia dos aluguéis e cobravam a intervenção do poder público na questão que mobilizava os trabalhadores (PINHEIRO; HALL, 1981, p. 105) para São Paulo, estado onde a industrialização teve maior desenvolvimento e de onde emergiu o maior número de

mobilizações, com forte influência sobre outras regiões do país nas duas primeiras décadas do século XX, principalmente na greve geral de 1917.

As grandes greves operárias de 1917 e 1919 incorporaram a carestia de vida e o congelamento dos aluguéis como pauta de reivindicação (FAUSTO, 2000), que avançou na década de 1920. Os debates abordavam os baixos salários que não eram suficientes para pagar o aluguel de uma habitação higiênica, além de vincular a proliferação de doenças (tuberculose, febre amarela, peste, varíola, sarampo, escarlatina, difteria e outras) às péssimas condições de ventilação, iluminação das moradias, além do adensamento excessivo e o compartilhamento de banheiros.

Como consequência das “agitações operárias que sacudiram o Rio de Janeiro e São Paulo no período de 1917 a 1920” foi estabelecida em 1921 a primeira ação governamental de controle sobre os aluguéis, representada pelo Decreto nº 4.403, considerada a primeira Lei do Inquilinato no país (BONDUKI, 1998, p. 2011). Com um caráter que visava não atingir os interesses dos proprietários, o decreto representa “um tímido início nas restrições, no contexto da locação de imóveis residenciais, ao direito absoluto de propriedade” (BONDUKI, 1998, p. 212).

Se por um lado os operários da corrente anarquista negavam a participação do Estado na questão habitacional, os socialistas pautavam propostas diferentes em seus jornais: intervenção do poder público (produção de casas ou cessão de terrenos e flexibilização das posturas municipais para construção autônoma pelos trabalhadores) e associação entre os trabalhadores através da criação de um fundo de ajuda mútua (bancos populares) para a construção de casas (MATTOS, 2008, p. 165). Por outro lado, a possibilidade de financiamento através das Caixas Mutualistas (sociedades de auxílio mútuo precursoras do sistema de previdência) era desencorajada devido ao custo elevado dos principais insumos para a produção da moradia: terra, materiais de construção e mão de obra. Além disso, as normas edilícias e a burocracia para aprovação dos empreendimentos dificultavam ainda mais a provisão realizada pelos próprios trabalhadores (LOBO *et al.*, 1989, p. 100).

Sobre isso, serão os recursos captados e controlados pelos trabalhadores no seu sistema de previdência, sob forte influência anarquista, desvinculado do patronato e do Estado nas duas primeiras décadas do século XX, que comporão as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), criadas a partir da regulamentação da previdência social em 1923 (BONDUKI, 1998).

A origem das CAPs está na proposta apresentada como projeto de lei ao Congresso Federal pelo então deputado federal Elói Pinheiro, que buscava instituir a entidade em cada empresa de estrada de ferro, beneficiando os trabalhadores ferroviários (DIAS, 1977, p. 310).

A partir da década de 1930, com uma série de medidas na esfera do trabalho implementadas por Getúlio Vargas, as CAPs modificaram-se. As CAPs tinham recursos captados através da contribuição compulsória do empregado, do empregador e do Estado e serviram de modelo para a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) em 1937.

Portanto, os recursos dos trabalhadores que financiarão programas estatais de cunho social, especificamente a habitação social. Além disso, o Estado através da instituição da previdência, visando atender os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores, passou a controlar recursos financeiros que eram utilizados como fundo de greve nas “grandes mobilizações operárias do final da década de 10” (BONDUKI, 1998, p. 101).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na República Velha as precárias condições habitacionais, o elevado valor dos aluguéis que ampliava o custo de vida e a escassez de habitação disponível foram temas incorporados ao discurso, às mobilizações e reivindicações dos trabalhadores urbanos que evidenciaram e elevaram a habitação à condição de problema social, sendo parte da agenda de lutas com estratégias diversificadas e que aconteceram em diferentes espaços: na imprensa operária, na proposta das greves de inquilinos, na organização das Ligas de Inquilinos, nos movimentos grevistas no espaço das fábricas, nas ruas dos bairros onde viviam e em maior escala, no espaço de capitais como Rio de Janeiro e São Paulo.

As agitações, os protestos e as reivindicações coletivas dos trabalhadores no espaço urbano contribuíram para impulsionar a habitação a problema social. Vistos como ameaça a ordem, sujeito coletivo histórico, o movimento dos trabalhadores tomou as ruas, manifestando de forma concreta a sua percepção frente à exploração que vivenciavam no ambiente de produção associada às dificuldades enfrentadas no cotidiano, relacionadas ao baixo padrão de vida proporcionado pela carestia dos gêneros alimentícios e dos aluguéis. Tomados de consciência, os trabalhadores se lançaram em “jornadas terríveis e violentas” em 1904, 1910, 1914, 1917, 1919, 1922, 1924 e 1930 (DIAS, 1977, p. 11). De 1914 a 1920 foram intensas as agitações, principalmente em comícios contra a carestia de vida, o que envolvia os aluguéis (RODRIGUES, 1974, p. 275).

O poder coletivo de mobilização dos trabalhadores na República Velha, tanto no espaço de produção quanto no espaço das cidades, contra a espoliação que vivenciam com os baixos salários, condição que os excluía do acesso à moradia adequada e aos gêneros alimentícios básicos para sobreviverem à vida urbana, representa um fenômeno que demonstra a capacidade

da classe trabalhadora em se inserir no debate e embate por melhores condições de vida, mesmo com a repressão instituída pelos estratos dominantes.

Cerca de 100 anos após essas mobilizações vivenciamos um cenário brasileiro com uma enorme massa de desempregados ou alocados em subempregos (IBGE, 2020) pela precarização do trabalho (HARVEY, 2014), pela ampliação do trabalho informal (temporário, inseguro e desorganizado) e pelo desmonte da legislação trabalhista, com consequências que englobam a ausência de renda e/ou a insuficiência para acessar o crédito bancário e/ou pagar o aluguel (KOWARICK, 2009; IBGE, 2019). Essas condições dificultam o acesso dos mais pobres à moradia adequada.

A FJP (2021a, p. 117) estimou o déficit habitacional em 2019 em 5,876 milhões de domicílios, o que representa 8,0% do total de domicílios particulares permanentes e improvisados do país. O ônus excessivo com aluguel é o item mais representativo com 3,035 milhões (51,7%), seguido pela habitação precária com 1,482 milhões (25,20%) e pela coabitação com 1,358 milhão de domicílios (23,1%) (FJP, 2021a, p. 39). O ônus excessivo figura entre os componentes mais elevados em quatro das cinco regiões geográficas do país (Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Nordeste), com crescimento de 7,3% no período de 2016-2019.

Para agravar a situação, a pandemia do Corona Vírus (COVID19) impulsionou o desemprego e os despejos por falta de pagamento de aluguéis pelos estratos mais pobres (DESPEJO ZERO, 2022). Segundo levantamento realizado pelos movimentos e organizações sociais, criadores da Campanha Nacional Despejo Zero – em defesa da vida no Campo e na Cidade, lançada em junho de 2020, até janeiro de 2023 haviam sido despejadas 36.456 famílias em todos os Estados do país, incluindo o Distrito Federal, por causas diversas: domínio do território por milícia ou crime organizado, impactos de obras públicas/projetos de urbanização, irregularidade urbanística e/ou edilícia, reintegração de posse/violação de posse ou propriedade do autor do processo (neste item está a questão do aluguel), área de proteção ambiental e área de risco. Além disso, foram identificadas 193.089 famílias ameaçadas de despejo. A região Sudeste lidera os números (13.659 famílias despejadas), seguida pela região Norte (7.828 famílias), Nordeste (7.105 famílias), Centro-Oeste (4.172 famílias) e Sul (2.647 famílias). Os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, objetos de análise histórica deste trabalho, despejaram 7.071 famílias e 6.021 famílias respectivamente. Juntos representam aproximadamente 36% das famílias despejadas (13.092 famílias) no país (DESPEJO ZERO, 2022).

A partir do exposto neste artigo, podemos concluir que os trabalhadores urbanos estão mais espoliados, moram pior e perderam a sua principal força de organização: **o trabalho**.

REFERÊNCIAS

ANT, C. *et al.* **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente.** KOWARICK, L. (Org.). 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BLAY, E. A. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo.** São Paulo: Nobel, 1985.

BOLTEN, V. **Greve de alugueis? Uma análise estratégica das greves de alugueis ao longo da história.** CrimethInc., 08 de abril de 2020. Disponível em <<https://pt.crimethinc.com/2020/04/08/greve-de-alugueis-uma-analise-estrategica-das-greves-de-alugueis-ao-longo-da-historia-e-agora-1>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

BONDUKI, N. G. **Crise de habitação e luta pela moradia no pós-guerra.** In: ANT, Clara *et al.* KOWARICK, Lúcio (Coordenador). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 113-144.

BONDUKI, N. G. **Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria.** São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

BOURDIEU, P. **Espaço físico, espaço social e espaço apropriado.** Estudos avançados, São Paulo, v. 27, nº 79, 2013. pp. 133-144. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300010>.

BRUAND, Y. **Arquitetura Contemporânea no Brasil.** 5ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2010.

CARONE, E. **Revoluções do Brasil contemporâneo (1922-1938).** 3ª edição. Rio de Janeiro: DIFEL/DIFUSÃO EDITORIAL, 1977.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.** São Paulo: Editora Brasiliense S.A, 1986.

DÉAK, C. **Prefácio. O processo de urbanização no Brasil: Falas e façanhas.** In: DÉAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs). **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade, 1999. p. 11-18.

DESPEJO ZERO. **Campanha Despejo Zero.** 2022. Disponível em: <<https://www.campanhadespejzero.org/>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

DIAS, E. **História das lutas sociais no Brasil.** 2ª edição. São Paulo: Alfa-ômega, 1977.

FAUSTO, B. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920).** 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira**. 1ª edição digital. São Paulo: Global Editora, 2013.

FERNANDES, N. N.; OLIVEIRA, A. C. T. **Marechal Hermes e as (des) conhecidas origens da habitação social no Brasil: o paradoxo da vitrine não-vista**. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales Universitat Barcelona, Barcelona, 2010, v. 14, n. 331 (87), 01 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-87.htm>>. Acesso em: 21 set. 2020.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil - 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021a. 169 p. Disponível em: <http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/04.03_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v1.0_compressed.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2021.

COGGIOLA, O. **Origens do Movimento Operário e do Socialismo no Brasil**. Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate. Salvador, v. 7, n. 2, p. 51-91, dez. 2015. Disponível em <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/14971/10444>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

GOHN, M. G. **História dos movimentos e lutas sociais: a contradição da cidadania dos brasileiros**. 7ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012. 239p.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>>. Acesso: 12 nov. 2020.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

KONDER, L. **História das ideias socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão popular, 2003. 96p.

KOWARICK, L. **As lutas sociais e a cidade: repensando um objeto de estudo**. In: ANT, Clara *et al.* KOWARICK, Lúcio (Coordenador). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 45-71.

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LOBO, E.; CARVALHO, L. A., STANLEY, M. **Questão habitacional e o movimento operário**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

MARICATO, E. **Habitação e Cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

MATTOS, R. C. **Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense – Departamento de História. Niterói: 2008.

PINHEIRO, P. S.; HALL, Michel M. **A classe operária no Brasil, 1989-1930 – Condições de Vida e de trabalho, relações com empresários e o Estado - Documentos, Vol. II.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

PEREIRA, P. C. **São Paulo – a construção da cidade – 1872-1914.** São Paulo: RiMa, 2004. 174p.

RIBEIRO, L. C. Q.; PECHMAN, R. M. **O que é moradia.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

RODRIGUES, E. **Trabalho e Conflito: pesquisa 1906-1937.** São Paulo: editora arte moderna, 1974.

ROLNIK, R. **São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política.** In: ANT, Clara *et al.* KOWARICK, Lúcio (Coordenador). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 95-112.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.** São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

ROMERO, J. L. **América Latina: as cidades e as ideias.** Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2004.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** 5ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990.** São Paulo: edusp, 2010.

SILVA, M. C. T. **Reflexão sobre o conceito de problema social – II.** *Análise Social*, Lisboa, 1967, vol. V, n.º 18. pp. 207-230. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224173645H5bVA5em2VI37YO4.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2020.

SILVA, G. C. **Modernidade como projeto civilizador.** *Revista Interfaces*, n.º 26, v. 1, janeiro-junho 2017, p. 47-59.

TATEMOTO, R. **Greve de 28 de abril acontece 100 anos após primeira Greve Geral brasileira.** Brasil de Fato, São Paulo, 12 de abril de 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/04/12/primeira-greve-geral-brasileira-completa-100-anos>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

TEIXEIRA, A. R. S. B.; RIBEIRO, A. C. T. **A habitação no movimento operário.** *BOLETIM INFORMATIVO DO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.* Secretaria Municipal de Educação e Cultura. v.1, n.º.1, maio-ago 1979. 13-25p.

VALLADARES, L. P. **A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, nº 44, 2000. p. 5-34.

VAZ, L. F. **Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro.** Revista Análise Social, vol. XXIX (127), 1994, p.581-597.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação.** São Paulo: Global, 1986.

VILLAÇA, F. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil.** In: DÉAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade, 1999. p. 167-243.